

Relatório de

Análise das Metas e Demandas Estratégicas do TRT-PR

Janeiro a maio de 2024

Coordenadoria de Estratégia, Projetos e Processos
Secretaria de Gestão Estratégica e Estatística
trt9.jus.br/estrategia

PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL 2021-2026	3
Faróis de Desempenho das Metas Nacionais.....	4
METAS DE NATUREZA PROCESSUAL	5
Julgar mais processos que os distribuídos	6
Julgar processos mais antigos (Parte 1)	7
Julgar processos mais antigos (Parte 2)	8
Estimular a conciliação	9
Reduzir a Taxa de Congestionamento.....	10
Impulsionar processos à execução	11
METAS DE NATUREZA NÃO PROCESSUAL	12
Estimular a inovação no Poder Judiciário	13
Promover os direitos da criança e do adolescente.....	14
Promover a saúde de magistrado e servidores	15
OUTRAS DEMANDAS DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA	16
Levantamento de Governança.....	17
Ranking da Transparência do Poder Judiciário	18
Prêmio CNJ de Qualidade	19
Prestação de Contas e Relatório de Gestão	20
INFORMAÇÕES ADICIONAIS E CONTATOS	21
Elaboração	21
Contato	21
Apêndice I – Índice de Alcance das Metas	21
Apêndice II – Resultados do TRT-PR nas Metas Nacionais e Iniciativas Estratégicas	21

*Este relatório visa apresentar a situação do TRT-PR nas **Metas Nacionais** e nas demandas de **Governança, Transparência, Qualidade e Prestação de Contas** do Poder Judiciário, da Justiça do Trabalho e do Tribunal de Contas da União.*

Curitiba, 28 de junho de 2024

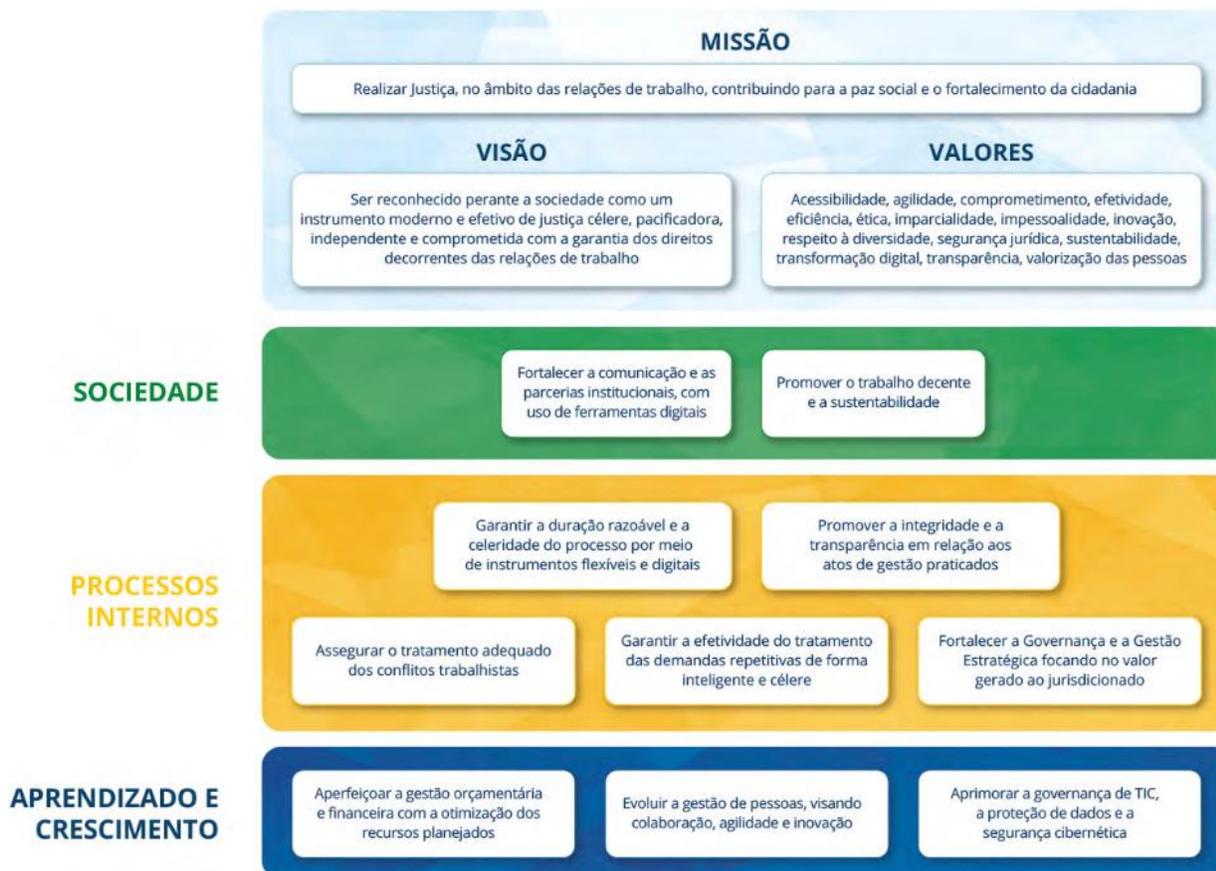
PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL 2021-2026

O [Plano Estratégico Institucional \(PEI\) do TRT-PR](#), ciclo 2021-2026 foi aprovado pela [RA Tribunal Pleno 68/2021](#) e atualizado pela [RA Tribunal Pleno 156/2023](#).

A Gestão Estratégica do TRT-PR segue as diretrizes da [Resolução CNJ 325/2020](#), tendo efeito de Política para o Tribunal. A Metodologia de Gestão Estratégica do TRT-PR segue o Modelo de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho, [Resolução CSJT 259/2020](#).

Para a construção do PEI foram consideradas as orientações do CSJT denominadas Regras de Ouro para o Desdobramento da Estratégia 2021-2026, que podem ser consultadas no [Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2021-2026 - Exercício 2024](#). O Plano é revisado anualmente considerando as metas aprovadas no Encontro Nacional do Poder Judiciário, podendo também ser incluídas alterações decorrentes de orientações do CNJ, CSJT ou do próprio Regional.

MAPA ESTRATÉGICO



Faróis de Desempenho das Metas Nacionais

Para apresentar a situação atual do cumprimento das Metas Nacionais, visando o entendimento de uma forma mais didática, os status de cada Meta são apresentados por meio de faróis de desempenho.

Nos Relatórios **durante o exercício** são 3 os faróis:

Cumprida ✓

Representa que a Meta está completamente cumprida e que não são necessárias mais ações para o cumprimento, independentemente se o exercício ainda está em andamento.

Em cumprimento (acima da meta) ⚠

Representa que, considerando os resultados até a presente data, a Meta é considerada cumprida, porém são necessárias ações para que o cumprimento seja mantido até o final do exercício.

Em cumprimento (abaixo da meta) ✖

Representa que, considerando os resultados até a presente data, a Meta não é considerada cumprida, porém há ações em andamento objetivando seu cumprimento até o final do exercício.

Já no Relatório de **fechamento do exercício** (ano completo) constarão apenas os 2 faróis:

Cumprida ✓

Não cumprida ✖

METAS DE NATUREZA PROCESSUAL

As Metas de Natureza Processual visam aferir o julgamento dos processos, a conciliação, a execução e a taxa de congestionamento. Estas metas impactam diretamente as unidades de 1º e 2º graus de jurisdição.

No 1º Grau o acompanhamento das metas é realizado pela Corregedoria Regional que, por meio do [Selo de Excelência 2024](#) e de diversos Painéis, disponibilizam às Varas do Trabalho o andamento das metas e quais processos as impactam. No 2º Grau o acompanhamento é realizado pela Presidência e pelo Gestor de Metas do TRT-PR.

Para subsidiar este relatório, a Coordenadoria de Estatística e Análise de Dados da Secretaria de Gestão Estratégica e Estatística disponibiliza mensalmente as informações referentes aos resultados das metas, que são também utilizadas para conferência das informações apresentadas nos Painéis Nacionais do CNJ e do CSJT.

As Iniciativas Estratégicas (Projetos e Ações Institucionais) em andamento podem ser visualizadas no [Painel Portfólio de Projetos Institucionais](#) ou na página [Projetos Estratégicos](#) no portal do Tribunal.

Apresentam-se a seguir as Metas de Natureza Processual e as respectivas situações de atendimento, considerando a publicação pelo CNJ do [Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário 2024 versão 3](#), e pelo CSJT do [Glossário de Indicadores do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2024 versão 1](#).

Julgar mais processos que os distribuídos

Objetivo Estratégico: Garantir a duração razoável e a celeridade do processo por meio de instrumentos flexíveis e digitais

Indicador: Índice de Processos Julgados (IPJ)

Meta Nacional 1: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente. Sendo o percentual de cumprimento inferior a 100%, a meta será considerada cumprida se a taxa de congestionamento líquida na fase de conhecimento do Justiça em Números, em 2024, for menor que 40%.

Responsáveis: Corregedoria (1º Grau) e Presidência/Gestor de Metas (2º Grau)

Aferição: Mensal

Resultado esperado: 100%

Resultado alcançado: 90,41%

Status da meta: Em cumprimento (pela cláusula de barreira) ▲

Análise do resultado alcançado no período: embora no período de janeiro a maio de 2024 o resultado alcançado encontre-se abaixo do esperado, a meta está sendo cumprida pela cláusula de barreira, sendo o resultado da taxa de congestionamento na fase de conhecimento **35,49%**. Registra-se que no 2º Grau a meta está sendo cumprida com o resultado de **108,48%**. No 1º Grau o resultado alcançado no período foi de **84,04%**. Comparativamente ao mesmo período de 2023, em 2024 houve aumento de aproximadamente 28,55% nos casos novos no 1º Grau, o que representa **11.277** processos a mais.

Julgar processos mais antigos (Parte 1)

Objetivo Estratégico: Garantir a duração razoável e a celeridade do processo por meio de instrumentos flexíveis e digitais

Indicador: Índice de Processos Antigos Julgados (IPAJ)

Meta Nacional 2: Identificar e julgar até 31/12/2024 peelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2022, nos 1º e 2º graus e 98% dos processos pendentes de julgamento há 4 anos (2020) ou mais

Responsáveis: Corregedoria (1º Grau) e Presidência/Gestor de Metas (2º Grau)

Aferição: Mensal

Resultado esperado: 93%

Resultado alcançado: 97,95%

Status da meta: Em cumprimento (acima da meta) ▲

Análise do resultado alcançado no período: no 1º Grau o resultado foi de **98,05%**, decorrente do trabalho ocorrido nos anos anteriores. No 2º Grau, o cumprimento foi de **97,33%**. Registra-se que no período de janeiro a maio, a meta de 93% já foi superada em **4,95** pontos percentuais. Historicamente, esta meta foi superada em fevereiro de 2023, em maio de 2022 e em agosto de 2021, considerando 1º e 2º Graus.

Julgar processos mais antigos (Parte 2)

Objetivo Estratégico: Garantir a duração razoável e a celeridade do processo por meio de instrumentos flexíveis e digitais

Indicador: Índice de Processos Antigos Julgados (IPAJ)

Meta Nacional 2: Identificar e julgar até 31/12/2024 pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2022, nos 1º e 2º graus e **98% dos processos pendentes de julgamento há 4 anos (2020) ou mais**

Responsáveis: Corregedoria (1º Grau) e Presidência/Gestor de Metas (2º Grau)

Aferição: Mensal

Resultado esperado: 98%

Resultado alcançado: 97,03%

Status da meta: Em cumprimento (abaixo da meta) ❌

Análise do resultado alcançado no período: para 2024 a Meta Nacional 2 foi dividida em duas partes, sendo a primeira parte idêntica aos anos anteriores e a segunda parte tratando dos processos pendentes de julgamento há 4 anos ou mais. Em relação à segunda parte, o resultado do 1º Grau no período foi de **97,32%** e do 2º Grau de **96,19%**.

Estimular a conciliação

Objetivo Estratégico: Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas

Indicador: Índice de Conciliação (IC)

Meta Nacional 3: Aumentar o índice de conciliação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio 2021/2022 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação

Responsáveis: Corregedoria (1º Grau)

Aferição: Mensal

Resultado esperado: 51,48%

Resultado alcançado: 54,14%

Status da meta: Em cumprimento (acima da meta) ▲

Análise do resultado alcançado no período: o TRT-PR tem obtido excelentes resultados na conciliação em decorrência da cultura conciliatória que envolve as partes e os magistrados. O valor de referência para a meta deste ano é **50,98%**, valor da média do biênio 2021/2022 alcançada pelo Tribunal.

Reduzir a Taxa de Congestionamento

Objetivo Estratégico: Garantir a duração razoável e a celeridade do processo por meio de instrumentos flexíveis e digitais

Indicador: Taxa de Congestionamento Líquida, exceto execuções fiscais (TCL)

Meta Nacional 5: Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2023. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40%. Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

Responsáveis: Corregedoria (1º Grau) e Presidência/Gestor de Metas (2º Grau)

Aferição: Mensal

Resultado esperado: 37,60%

Resultado alcançado: 40,80%*

Status da meta: Em cumprimento (pela cláusula de barreira) ▲

Análise do resultado alcançado no período: até 2023, o valor de referência utilizado para o cálculo da meta foi o resultado de dois anos anteriores, para a meta de 2024 foi definido como referência o resultado do ano anterior. Em 2023, a taxa de congestionamento foi de 38,10%. Embora o resultado alcançado no período de janeiro a maio, **40,80%**, esteja acima do valor, a meta está sendo cumprida pela cláusula de barreira, sendo os resultados obtidos **35,49%** na fase de conhecimento e **47,52%** na fase de execução.

**Meta com polaridade invertida, quanto menor, melhor*

Impulsionar processos à execução

Objetivo Estratégico: Encerrar quantidade maior de execuções do que as iniciadas no ano corrente

Indicador: Índice de Execução (IE)

Meta Institucional: Finalizar quantidade maior de execuções do que as iniciadas no ano corrente

Responsáveis: Corregedoria (1º Grau)

Aferição: Mensal

Resultado esperado: 100%

Resultado alcançado: 138,31%

Status da meta: Em cumprimento (acima da meta) ▲

Análise do resultado alcançado no período: no período, foram iniciadas **16.708** execuções e finalizadas **23.108**, o que representa 38,31% a mais do que iniciou.

METAS DE NATUREZA NÃO PROCESSUAL

As Metas de Natureza não Processual impactam direta ou indiretamente todo o Tribunal e sua imagem institucional, pois se comunicam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU e objetivam a qualidade de vida de magistrados e servidores. Estas metas são monitoradas pela Coordenadoria de Estratégia, Projetos e Processos.

Apresentam-se a seguir as Metas de Natureza não Processual em concordância com o [Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário 2024 versão 3](#), o [Glossário de Indicadores do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2024 versão 1](#) e as respectivas situações de atendimento.

Estimular a inovação no Poder Judiciário

Objetivo Estratégico: Promover o trabalho decente e a sustentabilidade

Indicador: Índice de Inovação (II)

Meta Nacional 9: Implantar, no ano de 2024, dois projetos oriundos do laboratório de inovação, de cujo desenvolvimento tenha participado pelo menos um laboratório de outro tribunal, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionados à Agenda 2030

Responsável: Laboratório de Inovação

Desdobramento em 2024: a Meta Nacional 9 se divide em 3 etapas: o cadastro dos dois projetos na plataforma RenovaJud do CNJ (30% da meta), a participação de pelo menos um laboratório de outro tribunal para implementação dos projetos (50% da meta) e a identificação dos benefícios do projeto para a sociedade (20% da meta)

Aferição: Trimestral

Resultado esperado: 100%

Resultado alcançado: 30%

Status da meta: Em cumprimento (abaixo da meta) ❌

Análise do resultado alcançado no período: foram indicados no [RenovaJud](#) três projetos: [Mesário voluntário de pessoas com deficiência](#), [Jurisdata Science - Falcão](#) e [e-Fórum](#). Os projetos foram cadastrados e estão sendo coordenados por outros Tribunais, cada qual com a respectiva indicação de parceria com o TRT-PR. Originalmente, o CNJ aceitaria somente dois projetos por Tribunal. Então, como solução, o Comitê Gestor Nacional da Inovação do Poder Judiciário tem até o dia 30/06/2024 para, primeiramente, entrar em contato com cada Tribunal sanar eventuais dúvidas sobre quais serão os dois projetos considerados e, em seguida, concluir as análises dos projetos indicados quanto ao atendimento ao glossário da meta.

Promover os direitos da criança e do adolescente

Objetivo Estratégico: Promover o trabalho decente e a sustentabilidade

Indicador: Índice de Combate ao Trabalho Infantil (ICTI)

Meta Nacional 11: Promover pelo menos duas ações visando o combate ao trabalho infantil

Responsável: Coordenadoria do Programa de Combate ao Trabalho Infantil do TRT-PR (PCTIR)

Desdobramento em 2024: a Meta Nacional 11 se divide em 4 ações: definição dos Planos de Ação visando o combate ao trabalho infantil e o estímulo à aprendizagem, execução dos planos, monitoramento e documentação da execução dos planos, divulgação dos resultados da execução dos planos no portal na internet

Aferição: Trimestral

Resultado esperado: 100%

Resultado alcançado: 75%

Status da meta: Em cumprimento (abaixo da meta) ❌

Análise do resultado alcançado no período: dentre as várias iniciativas previstas para serem realizadas ao longo do ano do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem (PCTIR), foram definidos para atendimento da meta os eventos “**Seminário: Estratégias para combate e erradicação do trabalho infantil - os novos desafios do século XXI**”, realizado nos dias 29 e 30/04/2024, e “**Promoção de concursos culturais - Concurso de Poesia - Rede Estadual de Ensino**”, previsto para ser concluído em setembro de 2024.

Promover a saúde de magistrado e servidores

Objetivo Estratégico: Evoluir a gestão de pessoas visando colaboração, agilidade e inovação

Indicador: Índice de Promoção da Saúde de Magistrados e Servidores (IPSMS)

Meta Específica da Justiça do Trabalho: Realizar exames periódicos de saúde em 15% dos magistrados e 15% dos servidores e promover pelo menos 3 ações com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmos do ano anterior

Responsável: Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESPE)

Aferição: Trimestral

Resultado esperado: 100%

Resultado alcançado: 66,67%

Status da meta: Em cumprimento (abaixo da meta) ❌

Análise do resultado alcançado no período: os exames médicos periódicos já estão sendo realizados, sendo os percentuais **4,59%** dos magistrados e **21,15%** dos servidores. O percentual de servidores atingiu a meta estabelecida no mês de abril. As ações foram definidas pela Seção Médico-Odontológica, são ações contínuas e estão em andamento: Acompanhamento à Saúde Mental (CID F); Palestras de Prevenção de Qualidade de Vida - parceria Unimed (CID F e outros); e, Ginástica Laboral (CID M).

OUTRAS DEMANDAS DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA

Além das Metas Nacionais, a Secretaria de Gestão Estratégica e Estatística (SGE) gerencia diversos outros temas relacionados à Governança e à Estratégia do TRT-PR, temas estes demandados pelos órgãos superiores (CNJ, CSJT e TST) e de controle (TCU):

- Levantamento de Governança;
- Ranking da Transparência do Poder Judiciário;
- Prêmio CNJ de Qualidade;
- Prestação de Contas e Relatório de Gestão.

A principal ferramenta desenvolvida para este controle é o painel [Gestão de Demandas Estratégicas do TRT-PR](#), o qual permite o acompanhamento dos mais de 800 Itens de Controle que compõem os temas mencionados acima, bem como a identificação de responsáveis e análise perante outros Regionais.

Estes temas impactam direta ou indiretamente todo o Tribunal, sua imagem institucional e a conformidade com as determinações dos órgãos superiores e de controle.

Levantamento de Governança

O levantamento iESGo 2024 – índice ESG (*Environmental, Social and Governance*) visa avaliar o nível de adesão das organizações públicas federais e de outros entes jurisdicionados ao TCU em relação às práticas ESG. O novo questionário, gerado a partir da reformulação do questionário do iGG utilizado até 2021, tem como desafio integrar a avaliação dos processos de governança e gestão aos de responsabilidade ambiental e sustentabilidade. O questionário de **autoavaliação** iESGo aborda os temas: governança organizacional pública, gestão de pessoas, gestão de tecnologia da informação e da segurança da informação, gestão de contratações, gestão orçamentária e financeira, sustentabilidade ambiental e sustentabilidade social.

Aferição: trienal (conforme histórico das últimas realizações: 2018, 2021 e 2024)

Responsáveis: todas as unidades do TRT-PR (direta ou indiretamente)

Total de Itens de Controle: 518

Itens de Controle atendidos: 433

Status da Demanda: aguardando resultado

Resultado alcançado: avaliação final e relatório individualizado do TCU previstos para setembro

Análise do resultado alcançado no período: A coleta de dados para o levantamento foi realizada por meio de questionário eletrônico de autoavaliação, cuja aplicação teve início em 04/03/2024. Em 11/04/2024, foram enviadas as repostas do Tribunal ao TCU, conforme autorizado pela Presidência.

Informações adicionais:

[Página de Governança Pública Organizacional no portal do TCU](#)

Ranking da Transparência do Poder Judiciário

O Ranking da Transparência do Poder Judiciário é avaliado anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e busca valorizar os tribunais e conselhos que mais se destacam no fornecimento de informação de forma clara e organizada. Em 2024, conforme [Portaria CNJ 025/2024](#), os itens sob avaliação estão distribuídos em dez temas: Gestão; Audiências e Sessões; Serviço de Informações ao Cidadão (SIC); Ouvidoria; Tecnologia da Informação e Comunicação; Gestão Orçamentária; Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação; Gestão de Pessoas; Auditoria e Prestação de Contas; e Sustentabilidade e Acessibilidade.

Aferição: anual

Responsáveis: todas as unidades do TRT-PR (direta ou indiretamente)

Total de Itens de Controle: 86

Itens de Controle atendidos: 79

Status da Demanda: aguardando resultado

Resultado alcançado: avaliação final do CNJ prevista para agosto

Análise do resultado alcançado no período: no mês de março as unidades responsáveis pelos itens atualizaram as evidências e a Secretaria de Gestão Estratégica e Estatística realizou análise, inserção e conferência dos links na [Página do Ranking da Transparência do TRT-PR](#), bem como no [Portal da Transparência do TRT-PR](#). Em junho foi disponibilizado pelo CNJ o resultado preliminar, no qual 7 dos 86 itens foram considerados como não atendidos. Houve interposição de recurso pelas unidades responsáveis em 4 destes 7 itens e a divulgação do resultado final está prevista para agosto.

Informações adicionais:

[Projeto Aprimorar a Transparência 2024](#)

[Painel Ranking Preliminar da Transparência do Poder Judiciário 2024 \(CNJ\)](#)

Prêmio CNJ de Qualidade

O Prêmio CNJ de Qualidade foi criado em 2019, em substituição ao Selo Justiça em Números, aferido desde 2013. A elaboração é realizada anualmente por determinação do CNJ e envolve todas as unidades do TRT-PR. Em 2024, conforme [Portaria CNJ 353/2023](#), os itens sob avaliação estão distribuídos em quatro temas: Governança, Produtividade, Transparência e Dados e Tecnologia.

Aferição: anual

Responsáveis: todas as unidades do TRT-PR (direta ou indiretamente)

Total de Itens de Controle: 93

Itens de Controle atendidos: 52 (com previsão de atendimento)

Itens de Controle em atendimento: 41 (sem ser possível precisar se serão atendidos)

Status da Demanda: em andamento, com avaliação preliminar prevista para setembro

Resultado alcançado: previsto para dezembro

Análise do resultado alcançado no período: informado pelas áreas responsáveis o status atual de atendimento de cada item. Está sendo realizado acompanhamento e coleta de evidências pela Secretaria de Gestão Estratégica e Estatística, com apoio da Presidência e Juízas Auxiliares da Presidência, junto às áreas responsáveis a fim de buscar aumentar a quantidade de itens atendidos até o prazo estipulado pelo CNJ. O envio das evidências ao CNJ ocorrerá em 31/07/2024.

Informações adicionais:

[Projeto Prêmio CNJ de Qualidade 2024](#)

Prestação de Contas e Relatório de Gestão

O Tribunal de Contas da União (TCU), por meio da [Instrução Normativa 84/2020](#) e da [Decisão Normativa 198/2022](#), estabelece diretrizes para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da Administração Pública Federal. Os itens sob avaliação estão distribuídos em diversos temas como: Relatório de Gestão; Gestão Estratégica; Supervisão, Controle e Correição; Auditoria; Estrutura Organizacional, Cargos e Contatos; Gestão Orçamentária e Financeira, e; Ouvidoria.

Aferição: anual

Responsáveis: todas as unidades do TRT-PR (direta ou indiretamente)

Total de Itens de Controle: 114

Itens de Controle atendidos: 114

Itens de Controle em atendimento: 0

Status da Demanda: concluída

Resultado alcançado: não se aplica, basta a disponibilização de informações no portal institucional e estas são passíveis de auditoria

Análise do resultado alcançado no período: os itens para Prestação de Contas e o Relatório de Gestão foram publicados no portal institucional conforme determinam os normativos ([Instrução Normativa 84/2020](#) e da [Decisão Normativa 198/2022](#)). Para aprimorar a coleta de informações das unidades será elaborada uma Ação Institucional visando a Prestação de Contas 2025 (Exercício 2024).

Informações adicionais:

[Relatório de Gestão TRT-PR 2023](#)

[Página Prestação de Contas no portal do TRT-PR](#)

INFORMAÇÕES ADICIONAIS E CONTATOS

[Página da Governança e Estratégia no portal do TRT-PR](#)

[Página Prestação de Contas no portal do TRT-PR](#)

[Painel Gestão de Demandas Estratégicas](#)

[Painel Portfólio de Projetos Institucionais](#)

[Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário 2024](#)

[Glossário de Indicadores do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2024](#)

Elaboração

Paula Macedo Mestre Machado
Coordenadoria de Estratégia, Projetos e Processos

Luiz Henrique Tacconi
Secretaria de Gestão Estratégica e Estatística

Contato

Secretaria de Gestão Estratégica e Estatística - sg@trt9.jus.br
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - Curitiba/PR

Apêndice I – Índice de Alcance das Metas

Apêndice II – Resultados do TRT-PR nas Metas Nacionais e Iniciativas Estratégicas

Apêndice I – Índice de Alcance das Metas

Índice de Alcance das Metas (IAM) - Janeiro a Maio de 2024 Metas Nacionais do Poder Judiciário e da Justiça do Trabalho Plano Estratégico Institucional TRT-PR 2021-2026

Indicador	Meta (Natureza Processual)	Situação	Percentual de Cumprimento (PC)	Valor do Percentual de Cumprimento (VPC)	Peso da Meta	Total
Índice de Processos Julgados (IPJ)	Julgar mais processos que os distribuídos: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente. Sendo o percentual de cumprimento inferior a 100%, a meta será considerada cumprida se a taxa de congestionamento líquida na fase de conhecimento do Justiça em Números, em 2024, for menor que 40%. (Meta Nacional 1)	Em cumprimento pela cláusula de barreira (acima da meta)	90,41%	3	2	6
Índice de Processos Antigos (IPAJ)	Julgar processos mais antigos: Identificar e julgar até 31/12/2024 pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2022, nos 1º e 2º graus e 98% dos processos pendentes de julgamento há 4 anos (2020) ou mais. (Meta Nacional 2 - Parte 1)	Em cumprimento (acima da meta)	105,32%	3	2	6
	Julgar processos mais antigos: Identificar e julgar até 31/12/2024 pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2022, nos 1º e 2º graus e 98% dos processos pendentes de julgamento há 4 anos (2020) ou mais. (Meta Nacional 2 - Parte 2)	Em cumprimento (abaixo da meta)	99,01%	2	2	4
Índice de Conciliação (IC)	Estimular a conciliação: Aumentar o índice de conciliação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio 2021/2022 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação. (Meta Nacional 3)	Em cumprimento (acima da meta)	105,96%	3	2	6
Taxa de Congestionamento Líquida, exceto execuções fiscais (TCL)	Reduzir a taxa de congestionamento, exceto execuções fiscais: Reduzir a taxa de congestionamento: Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2023. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40%. Cláusula de barreira na fase de execução: 65%. (Meta Nacional 5)	Em cumprimento pela cláusula de barreira (acima da meta)	100,00%	3	2	6
Índice de Execução (IE)	Impulsionar processos à execução: Encerrar quantidade maior de execuções do que as iniciadas no ano corrente. (Meta Institucional)	Em cumprimento (acima da meta)	138,31%	3	2	6
Indicador	Meta (Natureza Não Processual)	Situação	Percentual de Cumprimento (PC)	Valor do Percentual de Cumprimento (VPC)	Peso da Meta	Total
Índice de Inovação (II)	Estimular a inovação no Poder Judiciário: Implantar, no ano de 2024, dois projetos oriundos do laboratório de inovação, de cujo desenvolvimento tenha participado pelo menos um laboratório de outro tribunal, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionados à Agenda 2030. (Meta Nacional 9)	Em cumprimento (abaixo da meta)	30,00%	0	1	0
Índice de Combate ao Trabalho Infantil (ICTI)	Promover os direitos da criança e do adolescente: Promover pelo menos duas ações visando o combate ao trabalho infantil e o estímulo à aprendizagem. (Meta Nacional 11)	Em cumprimento (abaixo da meta)	75,00%	0	1	0
Índice de Promoção da Saúde de Magistrados e Servidores (IPSMS)	Promover a saúde de magistrados e servidores: Realizar exames periódicos de saúde em 15% dos magistrados e 15% dos servidores e promover pelo menos 3 ações com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmos do ano anterior. (Meta Específica da Justiça do Trabalho)	Em cumprimento (abaixo da meta)	66,67%	0	1	0
Resultados			Resultado Esperado		Resultado Atual	
Índice de Alcance das Metas (IAM)			45		34	
Percentual de Cumprimento do IAM			100%		76%	
FÓRMULA DE CÁLCULO						
Valor do Percentual de Cumprimento (VPC) Se PC >= 100%, ou atendimento pela Cláusula de Barreira, então VPC = 3 Se PC >= 90% e PC < 100%, então VPC = 2 Se PC >= 80% e PC < 90%, então VPC = 1 Se PC < 80%, então VPC = 0						
Peso das Metas Metas de Natureza Processual, Peso=2 Metas de Natureza Não Processual, Peso=1						
O Índice de Alcance das Metas (IAM) representa a soma dos totais de todas as metas, tendo o valor máximo de 39 em 2024						
Coordenadoria de Estratégia, Projetos e Processos - Secretaria de Gestão Estratégica e Estatística - TRT-PR						



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO - PARANÁ

Secretaria de Gestão Estratégica e Estatística – Coordenadoria de Estratégia, Projetos e Processos

INF SGE 048/2024

Curitiba, 17 de junho de 2024.

Assunto: Resultados do TRT-PR nas metas do Poder Judiciário e da Justiça do Trabalho no período de janeiro a maio de 2024

Considerando,

- a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 instituída pela [Resolução CNJ 325/2020](#);
- o Modelo de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus aprovado por meio da [Resolução CSJT 259/2020](#);
- a [Resolução CSJT 290/2021](#) que aprova o Plano Estratégico da Justiça do Trabalho para o período de 2021 a 2026;
- o [Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2021 a 2026 - Exercício 2024](#);
- o [Plano Estratégico Institucional TRT-PR 2021-2026 - Revisão 2023](#) aprovado pela [RA 156/2023](#);
- o [Glossário dos Indicadores de Desempenho da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026](#);
- as [Metas Nacionais](#) e as [Metas Específicas](#) aprovadas no 17º Encontro Nacional do Poder Judiciário;
- o [Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário 2024 versão 3](#), publicado pelo CNJ;
- o [Glossário de Indicadores do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2024 versão 1](#), publicado pelo CSJT;
- o [Painel Metas do Poder Judiciário](#) (com dados disponíveis até dezembro de 2023) e o [Painel Estatísticas do Poder Judiciário](#), disponibilizados pelo CNJ;
- o [Painel de Gestão de Metas - Ano 2024](#), disponibilizado pelo CSJT;
- que os dados apresentados nesta Informação consideram a versão 3.0.2 do extrator do sistema e-Gestão.

Informa-se, na página a seguir, os resultados do TRT-PR nas metas do Poder Judiciário e da Justiça do Trabalho no período de **janeiro a maio de 2024**. As iniciativas estratégicas vinculadas aos objetivos do Plano Estratégico Institucional podem ser consultadas na página [Projetos Estratégicos](#).

Paula Macedo Mestre Machado
Coordenadora de Estratégia, Projetos e Processos

Luiz Henrique Tacconi
Diretor da Secretaria de Gestão Estratégica e Estatística

Resultados das Metas do PEI TRT-PR - Janeiro a Maio de 2024
Metas Nacionais do Poder Judiciário e da Justiça do Trabalho
Plano Estratégico Institucional TRT-PR 2021-2026

Objetivo Estratégico	Indicador	Meta (Natureza Processual)	Abrangência	Resultado esperado	Resultado alcançado	Situação Parcial
Garantir a duração razoável e a celeridade do processo por meio de instrumentos flexíveis e digitais	Índice de Processos Julgados (IPJ)	Julgar mais processos que os distribuídos: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente. Sendo o percentual de cumprimento inferior a 100%, a meta será considerada cumprida se a taxa de congestionamento líquida na fase de conhecimento do Justiça em Números, em 2024, for menor que 40%. (Meta Nacional 1)	1º Grau	100,00%	84,04%	Em cumprimento pela cláusula de barreira (acima da meta)
			2º Grau		108,48%	
			Tribunal		90,41%	
Garantir a duração razoável e a celeridade do processo por meio de instrumentos flexíveis e digitais	Índice de Processos Antigos (IPAJ)	Julgar processos mais antigos: Identificar e julgar até 31/12/2024 pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2022, nos 1º e 2º graus e 98% dos processos pendentes de julgamento há 4 anos (2020) ou mais. (Meta Nacional 2)	1º Grau	Parte 1: 93%	98,05%	Em cumprimento (acima da meta)
			2º Grau		97,33%	
			Tribunal		97,95%	
			1º Grau	Parte 2: 98%	97,32%	Em cumprimento (abaixo da meta)
			2º Grau		96,19%	
			Tribunal		97,03%	
Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas	Índice de Conciliação (IC)	Estimular a conciliação: Aumentar o índice de conciliação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio 2021/2022 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação. (Meta Nacional 3)	1º Grau	51,48%	54,14%	Em cumprimento (acima da meta)
Garantir a duração razoável e a celeridade do processo por meio de instrumentos flexíveis e digitais	Taxa de Congestionamento Líquida, exceto execuções fiscais (TCL)	Reduzir a taxa de congestionamento: Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2023. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40%. Cláusula de barreira na fase de execução: 65%. (Meta Nacional 5)	1º Grau	39,10%	42,82%	Em cumprimento pela cláusula de barreira (acima da meta)
			2º Grau	31,30%	31,48%	
			Tribunal	37,60%	40,80%	
Garantir a duração razoável e a celeridade do processo por meio de instrumentos flexíveis e digitais	Índice de Execução (IE)	Impulsionar processos à execução: Encerrar quantidade maior de execuções do que as iniciadas no ano corrente. (Meta Institucional)	1º Grau	100,00%	138,31%	Em cumprimento (acima da meta)
Objetivo Estratégico	Indicador	Meta (Natureza Não Processual)	Abrangência	Resultado esperado	Resultado alcançado	Situação Parcial
Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	Índice de inovação (II)	Estimular a inovação no Poder Judiciário: Implantar, no ano de 2024, dois projetos oriundos do laboratório de inovação, de cujo desenvolvimento tenha participado pelo menos um laboratório de outro tribunal, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionados à Agenda 2030. (Meta Nacional 9)	Tribunal	100%	30,00%	Em cumprimento (abaixo da meta)
Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	Índice de combate ao trabalho infantil (ICTI)	Promover os direitos da criança e do adolescente: Promover pelo menos duas ações visando o combate ao trabalho infantil e o estímulo à aprendizagem. (Meta Nacional 11)	Tribunal	100%	75,00%	Em cumprimento (abaixo da meta)
Evoluir a gestão de pessoas visando colaboração, agilidade e inovação	Índice de promoção da saúde de magistrados e servidores (IPSMS)	Promover a saúde de magistrados e servidores: Realizar exames periódicos de saúde em 15% dos magistrados e 15% dos servidores e promover pelo menos 3 ações com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmos do ano anterior. (Meta Específica da Justiça do Trabalho)	Tribunal	100%	66,67%	Em cumprimento (abaixo da meta)

Coordenadoria de Estratégia, Projetos e Processos - Secretaria de Gestão Estratégica e Estatística - TRT-PR

Obs.: a Meta Nacional 5 possui polaridade invertida, ou seja, quanto menor o resultado, melhor
Atualizado em 17/06/2024 com base nas informações prestadas pela Coordenadoria de Estatística e Análise de Dados e demais unidades específicas